

Literatura (a Boa):

Mantenha Sempre ao Alcance de Crianças

Maria do Rosário Longo Mortatti

Como citar: MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Literatura (a Boa): Mantenha Sempre ao Alcance de Crianças. *In:* MIGUEL, José Carlos; REIS, Marta dos. **Formação Docente:** perspectivas teóricas e práticas pedagógicas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 88-96.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-649-7.p89-96>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

LITERATURA (A BOA):MANTENHA SEMPRE AO ALCANCE DE CRIANÇAS¹

Maria do Rosário Longo Mortatti²

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços na educação brasileira, constatáveis especialmente na última década, os resultados de avaliações de estudantes e de sistemas de ensino vêm apontando a baixa qualidade da Educação Básica, em particular na escola pública. Para esse diagnóstico concorrem muitos aspectos, mas as dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita têm sido apontadas como o signo mais evidente do problema. E, visando a enfrentá-lo, muitas têm sido as ações no âmbito de políticas públicas e as propostas didático-pedagógicas a serem aplicadas pelos professores que ensinam a ler e escrever, especialmente no período da alfabetização de crianças.

Parece faltar, porém, justamente aquilo que as urgências educacionais sempre nos fazem secundarizar: a formulação de fecundas e ousadas perguntas, que contenham mais do que soluções imediatistas e simplistas de problemas que mal temos tempo de formular rigorosamente. Falta-nos perguntar, por exemplo: o que se entende por alfabetização, quando se afir-

¹ Trata-se de republicação, com algumas modificações, de artigo originalmente publicado na revista *Criar – Revista de Educação Infantil*, São Paulo, Ed. Procultura, v 18, p. 8-13, 2007.

² Professora Titular do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – Campus de Marília.

mar que tantos estudantes brasileiros estão “analfabetos” ou “semianalfabetos”, depois de terem frequentado a escola por quatro, oito ou onze anos? Qual é esse “momento certo”, idealmente, para se alfabetizar? Quando e em que condições se podem considerar alfabetizada uma criança? O que um professor precisa saber para poder alfabetizar (com sucesso)? O que é, afinal, alfabetização? Quando, onde, por que, para que, quem, a quem, como alfabetizar? O que se deve ensinar, quando se alfabetiza?

O TEXTO NA ALFABETIZAÇÃO

Também não tenho “a resposta verdadeira” e não pretendo apresentar aqui nenhuma boa-nova. Entretanto, não posso deixar de apresentar possibilidades de respostas que considero mais adequadas para as perguntas acima.

Entendo alfabetização como processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita na fase inicial de escolarização de crianças, no caso do tema deste artigo; e, como tal, um processo que envolve também o momento inicial do ensino e aprendizado da *língua portuguesa*, que, por sua vez, envolve a leitura e produção de textos em língua portuguesa.

É lendo e produzindo textos que se aprende a ler e escrever. Não se trata, portanto, de ensinar e aprender uma habilidade auditivo-visual-motora ou comportamentos leitores, como algo que antecede, como pré-requisito, o ler e escrever; trata-se de processos simultâneos, senão esse aprendizado não pode ocorrer, porque ler e produzir textos são, para o ser humano, necessidades essenciais. E ensinar e aprender a ler, principalmente, são também atividades humanas que, no âmbito da Educação Básica, se podem e se devem mesmo iniciar com crianças muito pequenas.

Mas é lendo e produzindo *textos* que se aprende a ler e escrever. Entendido como discurso e enunciação, um escrito se caracteriza como texto, não apenas por causa de seu conteúdo, ou de seus aspectos formais, por exemplo. Um texto se caracteriza como tal em decorrência de sua configuração textual (MORTATTI, 2000, p. 31), ou seja, do conjunto de aspectos responsáveis por seu sentido e que envolvem respostas às seguintes perguntas: quem escreveu? por que, para que, para quem, quando, onde, como e o que escreveu?

Nesse sentido, o texto condensa e contém tudo que é necessário para as atividades de ensinar e aprender a ler e escrever: grafemas e fonemas, sílabas e palavras, frases e períodos, acentos gráficos e sinais de pontuação, ortografia e caligrafia, forma e conteúdo, autor e leitor, finalidades e necessidades, co-texto, contexto e tantos outros textos, o dito e o não-dito, o mal-dito e o bem-dito, solidão e multidão. O texto contém, enfim, todos os aspectos imprescindíveis para se poder ler e escrever “de verdade”, desde aqueles aspectos que, em situação escolar, alguns supõem serem pré-requisitos para o aprendizado da leitura até os aspectos que muitos supõem serem tão sofisticados e supérfluos que somente interessariam a leitores especializados.

É necessário, portanto, considerar todos esses aspectos, quando se objetiva ensinar a ler e produzir textos. E há vários modos e sentidos do ensinar e aprender a ler e produzir textos, mesmo em se tratando de crianças pequenas, no âmbito da Educação Infantil. Para essas, penso ser mais adequado que no início do processo de alfabetização se priorize o *ensino da leitura de textos*. Embora ler e escrever não devam ser compreendidos como atividades completamente distintas, a prioridade do ensino da leitura nesse início de escolarização visa a seduzir os pequenos leitores em formação, de um modo tal, que lhes propicie condições de se tornarem “leitores de verdade” e para o resto de suas vidas, mesmo fora da escola; para que aprendam, vivenciando, para que serve saber usar a língua escrita.

Atualmente, muitas finalidades pragmáticas da leitura (e escrita) são alardeadas como justificativas para esse processo. Essas finalidades, porém, têm sido muito pouco eficazes para convencer nossas crianças da importância da leitura (e escrita) em suas vidas e movê-las a suprir essa necessidade. Especialmente com crianças pequenas recém-ingressantes no processo formal de escolarização, as decorrências dessas finalidades pragmáticas pouco ajudam e por vezes atrapalham muito. É o que ocorre, por exemplo, quando, para iniciar a alfabetização, escolhem-se “textos do cotidiano”, como rótulos de embalagens, listas de compras, receitas culinárias ou bulas de remédio.

Embora a diversidade de gêneros, tipos e suportes textuais seja necessária nesse processo, penso que as escolhas para se contemplar essa diversidade e para priorizar gêneros, tipos e suportes textuais está diretamente

relacionada com os objetivos escolhidos (ou impostos) para ensinar e aprender a ler. Rótulos, listas, receitas, bulas podem ser muito úteis para se atingir o objetivo de formar bons e responsáveis consumidores, cozinheiros, “ingestores” de medicamentos. Penso, porém, que são muito pouco eficientes para atingir objetivos como os que proponho para ensinar e aprender a ler e produzir textos, visando à formação do ser humano. Iniciar a alfabetização por esses tipos de textos é correr o risco de (de)formar leitores.

O TEXTO NA FORMAÇÃO DE LEITORES

A primordial justificativa para a necessidade de ler e produzir textos está centrada no fato de se tratar de atividades especificamente humanas, que se relacionam com a formação do ser humano, com a constituição dessa condição, que envolve sua interação com outros seres humanos, sua inserção participativa em um grupo social e sua história, sua necessidade de fantasia, sua consciência de si, do mundo e dos outros. Desse ponto de vista, aprender a ler e escrever significa avançar, gradativamente e com a ajuda de mais experientes leitores e produtores de textos, nas possibilidades de compreensão das características e funções da língua materna, das complexas relações entre suas modalidades oral e escrita, das funções da leitura e da escrita na vida humana.

Mais que decifração ou repetição parafrástica, ou mais do que busca de comprovação do já sabido, ou mais do que extração ou reprodução de preceitos de auto-ajuda, de regras de comportamento e de instruções para o exercício de tarefas cotidianas, leitura (e escrita) precisam ser vivenciadas, também pelas crianças pequenas, como uma atividade especificamente humana de compreensão, que somente pode ser bem sucedida, se ajudar a formular alguma coisa em nós, sem anular a tensão entre identidade e alteridade.

Por essas razões, formar leitores (e produtores de textos) não significa ensinar um conjunto de habilidades ou comportamentos. É preciso ensinar o desejo de conhecer o que ainda não se conhece e nem se sabe existir; é preciso que sujeitos leitores formem outros sujeitos leitores de *textos*; é preciso compreender os diferentes níveis e graus de possibilidades de leitura de configurações textuais de diferentes tipos e gêneros textuais,

para desestabilizá-las, desrotinizá-las e propiciar avanços em relação ao que já se conhece. E, para isso, é preciso propiciar, desde a mais tenra idade, o acesso *a* e o contato *com* textos literários, mas com *bons* textos literários.

Assim, um “ambiente alfabetizador”, não se caracteriza pelo uso de recursos artificiais de uso da língua escrita, como, por exemplo, as etiquetas com os nomes dos objetos e móveis de uma sala de aula. Um “ambiente alfabetizador” se propicia com a vivência de usos reais da língua escrita, mediada pela presença constante de textos na sala de aula, em diferentes suportes, mas especialmente livros, livros a mãos-cheias, livros de diferentes formatos e tamanhos, livros “grossos” e “finos”, com algumas ou com centenas de páginas, com letras grandes e miúdas, com ou sem ilustrações, mesmo livros que, apesar de não terem sido originalmente escritos para crianças, são patrimônio da cultura universal. Livros, enfim, nos quais as crianças possam tocar, que possam manusear, que lhes permitam saber o que é “texto de verdade” e ter acesso ao conhecimento do que mais podem desejar, além daquilo de que já dizem gostar, somente porque é o único que conhecem e continuarão conhecendo, se seus professores não lhes apresentarem, ao menos, o que para elas pode ser novo e inacessível em outros espaços, mas imprescindível para possibilitar ampliação de horizontes de expectativas, inclusive para sua vida.

Assim como ler configurações textuais de todos os tipos e gêneros, ensinar a lê-las é buscar sentidos para um escrito, como uma atividade sempre de interlocução, que envolve a possibilidade de transformar também os modos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir dos sujeitos envolvidos e “seu” gosto estético, culturalmente criado e reforçado pela repetição incessante do mesmo.

A ESPECIFICIDADE DO (BOM) TEXTO LITERÁRIO

Por essas razões, considero que o (bom) texto literário deva ser priorizado com crianças que se iniciam no mundo da leitura e escrita, já no âmbito da Educação Infantil. Porque é um direito de nossas crianças usufruir aquilo que somente o (bom) texto literário nos pode dar, mesmo no caso daquelas que ainda não sabem ler a palavra escrita. Esses podem contar com o professor-leitor, desde que ele também reivindique e vivencie como direi-

tos seus: ser, de fato, leitor e produtor de textos e de (bons) textos literários; ousar fazer da leitura mais do que um mero exercício escolar e escolarizado; deixar de supor que deva apenas se adequar ao “gosto”, aos interesses e à realidade dos leitores em formação, para reforçá-los e perpetuá-los, impedindo as crianças de avançar e de conhecer aquilo que nem sabem existir.

Para isso, o professor precisa ser aquele que lê (bons) textos literários para si e que lê, de fato, para seus alunos, desde os da Educação Infantil, por meio da oralização de textos literários escritos, de diferentes gêneros (prosa, poesia, teatro), além de contar ou parafrasear histórias; precisa ser aquele que lê muito para si, para satisfazer suas necessidades de ser humano adulto, além de ler o que supõe ser útil para trabalhar este ou aquele conteúdo didático com seus alunos; precisa ser aquele que leia “literariamente” o texto literário, não como pretexto, para abordar “temas transversais”, mas respeitando, porém, sua condição de (bom) texto literário, que implica vivenciar a “gratuidade” da fruição estética, contra todos os apelos facilitadores das finalidades pragmáticas.

O (bom) texto literário propicia ousarmos pensar em transformar/ ampliar as possibilidades de uso e funções sociais da leitura e da escrita, porque, como nos ensina o crítico literário Antonio Cândido (1972, p. 807), a literatura “[...] contempla necessidades de fantasia, de conhecimento de si e do mundo”. E, por isso, pode formar/ensinar, com toda a força de sua invenção e todos os riscos e “perigos” de suas possibilidades de evasão e fantasia. E pode mobilizar a imaginação (inclusive de professores), propiciando ousar formular perguntas nunca imaginadas e pensar em respostas mais sustentáveis e duradouras.

O (bom) texto literário, como abordei aqui, é, pois, lugar de resistência à desumanizante (des)razão, à redução do ler e escrever a finalidades pragmáticas impostas por uma sociedade semi-letrada como a nossa, de cujo cotidiano a literatura não faz parte. A “leitura literária” do (bom) texto literário precisa ser defendida na alfabetização de nossas crianças como um direito humano, como comer, morar, amar. Porque justamente a quem pouco tem, muito, muito mais, ainda, deve ser dado e conquistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se aos alfabetizadores que defendem o ensino inicial da leitura e escrita por meio, prioritariamente, de “textos do cotidiano”, como os que mencionei aqui, supondo serem mais fáceis e úteis para nossas crianças pequenas, se a esses alfabetizadores nenhum de meus argumentos tiver sido suficiente para, ao menos, convencê-los da importância de pensar na priorização do (bom) texto literário na alfabetização, a esses alfabetizadores devo advertir: por serem pouco desafiadores à imaginação e às necessidades infantis e, sobretudo, por representarem riscos para a saúde física e mental dos pequenos, esses “textos do cotidiano” devem ser mantidos longe do alcance de nossas crianças. Bem longe, por enquanto! Porque fazer compras, escolher produtos em prateleiras de supermercados, cozinhar, ingerir medicamentos são atividades pouco recomendáveis para crianças. Sempre haverá tempo para os pequenos de hoje aprenderem a realizar essas tarefas cotidianas e sempre haverá quem as possa ensinar, se a vida mesma não o fizer.

Ler (bons) textos literários, no entanto, é uma atividade que, no Brasil, hoje — especialmente considerando a miséria cultural e social que por aqui grassa —, ou se aprende na escola, ou dificilmente se aprende; porque em outras situações da vida, exceto em casos cada vez mais raros, são pouquíssimas as oportunidades para a gratuita fruição estética. E aprendendo a ler esses bons textos, por fim, nossas crianças já terão aprendido muito. Quem sabe com esse muito, poderão aprender facilmente outros poucos, se e quando sentirem necessidade.

Como discernir *bons* textos literários na “crise de abundância” do conjunto dos “livros para crianças”, que contêm textos com finalidades estritamente informativas, recreativas, instrutivas, de auto-ajuda etc.? Bem, esse é assunto de outros textos meus (MORTATTI, 2004, 2007, 2008, 2011; MAGNANI, 1992, 2001), para cuja leitura convido os leitores. Por enquanto, porém, os que se interessarem em procurar respostas a essa pergunta talvez possam começar a observar quais textos (literários) as crianças gostam de manter sempre ao seu alcance, para ler e reler (ou ver e rever), como quem procura satisfazer necessidades internas, de cuja existência a “razão instrumental escolar” nem suspeita, porque essas necessidades e sua satisfação não se podem traduzir em habilidades e comportamentos observáveis, com a precisão requerida por processos de avaliação da aprendizagem.

De qualquer modo, manter a (boa) literatura sempre ao alcance das crianças pequenas e grandes (não apenas na escola, mas também em casa, obviamente) é já é um bom e diferente começo, quando o objetivo é lhes propiciar o direito ao ensino e à aprendizagem da leitura e produção de textos, como um direito a vivenciarem plenamente sua infância e, assim, conquistarem o direito a crescer como cidadãos, que, antes de serem “sujeitos da *polis*”, são seres humanos e, como tais, aspiram a se constituir, plenamente.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. *Ciência e cultura*. v. 24, n. 9, p. 803-809, set. de 1972, .

MAGNANI, M. R. M. Leitura e formação do gosto: por uma pedagogia do desafio do desejo. *Idéias*, São Paulo, v. 13, p. 101-108, 1992.

_____. *Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

_____. *Educação e letramento*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. Letrar é preciso, alfabetizar não basta ... mais? In: SCHOLZE, L.; RÖSING, T. *Teorias e práticas de letramento*. Brasília: INEP; Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2007. p. 155-168.

_____. Perguntas ao professor que deseja ensinar a ler e escrever. In: FONTOURA, H. A.; SILVA, M. (Org.). *Práticas pedagógicas, linguagem e mídias: desafios à pós-graduação em educação em suas múltiplas dimensões* (Coleção ANPED SUDESTE 2011). Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011, p. 38-46. Disponível em: <<http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/ebook1.pdf>>